

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.868 - RS (2019/0021278-5)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : THIAGO GUAZZELLI DE MEDEIROS  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa.

Depende-se dos autos que o Juízo de primeiro grau, reconhecendo a atipicidade da conduta imputada ao ora recorrido, concedeu *habeas corpus* para determinar o trancamento da ação penal contra ele instaurada.

Irresignado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem, por maioria, deu provimento para determinar o prosseguimento da ação penal. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 146):

*RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ARTIGO 307, CAPUT, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. VIOLAÇÃO DA SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DECISÃO REFORMADA.*

*A demonstração da prática do crime descrito no artigo 307 do CTB independe da origem da sanção de proibição de dirigir o veículo automotor. Não há distinção entre sanção proveniente da esfera administrativa ou judicial. Diante da tipicidade da conduta e dos indicativos de materialidade e autoria delitiva, impositivo o prosseguimento da ação penal. RECURSO PROVIDO. POR MAIORIA.*

O recurso de embargos infringentes interpostos pela defesa foram acolhidos pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 189):

*EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE. ARTIGO 307 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR*

*SE TRATAR DE CONDUTA ATÍPICA. CABIMENTO NO CASO CONCRETO.*

*Incorre nas penas do artigo 307, do CTB, o agente que viola a suspensão ou permissão para dirigir veículo automotor imposta por sentença criminal, não sendo suficiente, para tanto, o mero descumprimento da sanção imposta administrativamente. Prevalência do voto vencido que se impõe. EMBARGOS INFRINGENTES PROVIDOS, POR MAIORIA.*

Daí o recurso especial, no qual o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL afirma, em síntese, que o Tribunal de origem, no acórdão proferido, contrariou o disposto no art. 307 do Código de Trânsito Brasileiro.

Aduz que, "*efetivamente, para a incursão neste tipo penal, não somente é necessário o descumprimento de proibição judicial, sendo também suficiente a proibição administrativa. Ou seja, a fim de que reste caracterizada a infração penal em tela, a suspensão ao direito de dirigir do acusado pode ser advinda de infrações administrativas ou crimes de trânsito elencados no próprio*" (e-STJ fl. 220).

Contrarrazões às e-STJ fls. 233/342.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 265/267).

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade do recurso, dele conheço.

Adentrando-se propriamente no mérito da questão que nos é posta a julgamento, tenho que razão não assiste à instituição recorrente.

Isso porque, recentemente, a Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça formou convicção de que, para preenchimento do tipo penal disposto no art. 307 do Código Penal, necessário se faz que a ordem a ser desacatada ostente natureza judicial. A propósito:

*HABEAS CORPUS. ART. 307 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. VIOLAR A SUSPENSÃO OU A PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR*

**VEÍCULO AUTOMOTOR. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO DE NATUREZA PENAL.**

1. Com o desenvolvimento da legislação de trânsito, buscando resguardar a segurança viária, conter o crescimento no número de acidentes e retirar de circulação motoristas que punham em risco a vida e integridade física das demais pessoas, a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, antes restrita a mera penalidade de cunho administrativo, passou a ser disciplinada como sanção criminal autônoma, tanto pelo Código Penal - CP, ao defini-la como modalidade de pena restritiva de direitos, como pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB, ao definir penas para os denominados "crimes de trânsito". 2. Assim, nos termos do art. 292 do CTB, a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imputada como espécie de sanção penal, aplicada isolada ou cumulativamente com outras penas.

3. Dada a natureza penal da sanção, somente a decisão lavrada por juízo penal pode ser objeto do descumprimento previsto no tipo do art. 307, caput, do CTB, não estando ali abrangida a hipótese de descumprimento de decisão administrativa, que, por natureza, não tem o efeito de coisa julgada e, por isso, está sujeita à revisão da via judicial.

4. In casu, a conduta de violar decisão administrativa que suspendeu a habilitação para dirigir veículo automotor não configura o crime do artigo 307, caput, do CTB, embora possa constituir outra espécie de infração administrativa, segundo as normas correlatas.

5. Ordem concedida para anular a condenação do paciente e determinar o trancamento do procedimento penal que já se encontra em fase de execução. (HC 427.472/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 12/12/2018, grifei.)

Ressalte-se, nesse sentido, que no julgamento do referido *habeas corpus*, após pedir vista para melhor análise do caso, proferi voto que acompanhou o entendimento sufragado pela relatora, do qual transcrevo trecho a fim de corroborar o entendimento adotado no julgamento do presente recurso especial (HC n. 427.472/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 12/12/2018, voto-vista):

*Como bem destacou a Ministra relatora, existe a possibilidade de quebra de isonomia ao imaginarmos que, mediante prazos diferenciados entre as sanções aplicadas nas esferas administrativa e judicial, pode-se haver também contagem diferenciada quanto aos lapsos relativos à prescrição. Pontuou também a Ministra relatora a possibilidade de o agente, punido em ambas as esferas, descumprir duas restrições mediante uma só conduta, o que traduziria inusitado concurso de crimes.*

*Outro ponto importante a ser destacado é a remissão do parágrafo único do art. 307 – o qual define que nas mesmas penas incorre o condenado que deixa de entregar, no prazo estabelecido no § 1º do art. 293, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação – ao disposto no §1º do art. 293 do CTB, segundo o qual, "Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em quarenta e oito horas, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação".*

*O dispositivo, como visto, faz expressa menção ao "trânsito em julgado de sentença condenatória" e à "entrega à autoridade judiciária", parecendo-me, assim como pareceu à em. Relatora, que o legislador fez clara escolha ao erigir o tipo penal do art. 307 como desobediência à penalidade imposta judicialmente, não sendo possível, a meu ver, ampliação interpretativa do alcance da norma, tal como realizado pelas instâncias ordinárias.*

*Ademais, como bem asseverou o Ministro Rogerio Schietti Cruz, não há crime de desobediência, se a norma já cominar sanção específica para seu descumprimento e não houver ressalva para cumulação de sanção com o delito de desobediência previsto no Código Penal.*

*Esse, aliás, é o entendimento consolidado desta Corte para o caso de descumprimento de medidas protetivas aplicadas com fulcro na Lei n. 11.340/2006, conforme demonstra o seguinte precedente:*

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA. LEI MARIA DA PENHA. POSSIBILIDADE DE PRISÃO PREVENTIVA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA.*

*1. O trancamento da ação penal em habeas corpus é medida excepcional, somente se justificando se demonstrada, inequivocamente, a ausência de autoria ou materialidade, a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas, a ocorrência de causa extintiva da punibilidade ou a violação dos requisitos legais exigidos para a exordial acusatória.*

*2. Na espécie, o descumprimento de medida protetiva, no âmbito da Lei Maria da Penha, não enseja o delito de desobediência, porquanto, além de não existir cominação legal a respeito do crime do artigo 330 do Código Penal, há previsão expressa, no Código de Processo Penal, de prisão preventiva, caso a medida judicial não seja cumprida.*

*3. Ordem concedida a fim de reconhecer a atipicidade da conduta irrogada ao paciente pelo crime de desobediência, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau, que rejeitou em parte a denúncia. (HC 394.567/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 15/05/2017)*

*Tal raciocínio, penso, é aplicável à hipótese.*

*Isso porque a condução de veículo automotor por indivíduo cujo direito de dirigir esteja suspenso implica a sanção administrativa de cassação do documento de habilitação, consoante o disposto no art.*

263, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro, in verbis:

Art. 263. A cassação do documento de habilitação dar-se-á:

I - quando, suspenso o direito de dirigir, o infrator conduzir qualquer veículo;

Sem embargo, a infração de dirigir veículo com suspensão do direito de dirigir, ou com a habilitação cassada, ainda sujeita o infrator a uma pena diferenciada de multa e outras medidas administrativas, conforme mostra o disposto no art. 162, inciso II, do CTB:

Art. 162. Dirigir veículo:

[...]

II - com Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor cassada ou com suspensão do direito de dirigir:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (três vezes);

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;

Comungo, tal como a em. Relatora, sem desconhecer posicionamentos doutrinários em sentido contrário – como Renato Marcão e Leonardo Schmitt de Bem –, das lições de **Marcellus Polastri Lima** acerca da controvérsia (Crimes de Trânsito – Aspectos Penais e Processuais: Ed. Lumen Juris, 2005, pp 203/206), que ora deixo de transcrever, para evitar tautologia, uma vez que o posicionamento do autor encontra-se referido no voto da em. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Por último, assevero que a penalidade prevista no art. 293 do CTB – de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, com duração de dois meses a cinco anos – guarda íntima relação de proporcionalidade com a dosimetria da pena a ser estabelecida quanto ao delito de trânsito eventualmente perpetrado pelo agente, observadas as circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes e eventuais causas de aumento ou diminuição de pena, o que reforça o entendimento segundo o qual a violação prevista no art. 307, caput e parágrafo único, do CTB, refere-se à decisão judicial.

Ilustrativamente:

PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE CONVERTIDA EM DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. FIXAÇÃO DO QUANTUM. DISPENSA ANÁLISE DO ART. 59 DO CP. PENA DE SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. PROPORCIONALIDADE NA SUA APLICAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. A pena de multa e a prestação pecuniária são institutos que possuem naturezas jurídicas distintas. Nos termos do art. 43, I, do CP, a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com

*destinação social, de importância fixada pelo juiz. A pena de multa, por sua vez, de acordo com o art. 49, caput, do CP, consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e deve ser calculada pelo sistema de dias-multa.*

**2. A pena de suspensão ou proibição de se obter habilitação ou permissão para dirigir veículo automotor deve guardar proporção com a gravidade do fato típico, dentre os crimes de trânsito que preveem essa penalidade, observadas as circunstâncias judiciais, atenuantes e agravantes, nos limites fixados no art. 293 do CTB, além de eventuais causas de diminuição ou aumento de pena.**

3. Recurso conhecido e improvido. (REsp 1075211/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 02/08/2010, grifei)

*Concluo, portanto, que o bem jurídico tutelado pelo art. 307 do Código de Trânsito Brasileiro é a decisão ou autoridade **do juiz** ou, em outras palavras, a **administração da Justiça**, não sendo possível a interpretação extensiva de tal dispositivo, a fim de abarcar o descumprimento da suspensão do direito de dirigir imposta pela autoridade de trânsito."*

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator